

Assunto: Inquérito entra na reta final	
Veículo: Jornal do Commercio	
Página: 2	Data: 12/05/2014
Editoria: ESPORTES	Seção/Repórter:

jornal do  commercio

Inquérito entra na reta final

CRIME NO ARRUDA Reconstituição será realizada hoje e deverá ter a participação dos três acusados

A cinco dias do prazo de conclusão do inquérito sobre o assassinato de Paulo Ricardo Gomes da Silva, de 26 anos, a Polícia Civil realiza hoje a reconstituição do crime, no Arruda. A previsão é que a reprodução comece entre as 18h e as 19h.

O objetivo é alinhar as ações investigadas pelo inquérito com o depoimento dos três acusados, que são integrantes da torcida organizada Inferno Coral: Everton Felipe Santiago de Santana, de 23 anos, Luiz Cabral de Araújo Neto, 30, e Waldir Pessoa Firmo Júnior, 34. Eles estão presos na mesma cela do Cotel e devem comparecer à simulação – a Justiça já autorizou, restando só a anuência deles.

No último dia 2, após o jogo

Santa Cruz 1x1 Paraná Clube, Paulo Ricardo, que era ligado à Jovem do Sport (coligada à Fúria Independente, do Paraná), foi atingido e morto por um dos dois vasos sanitários jogados pelos acusados no corredor de acesso à arquibancada superior do Arruda. Os estilhaços feriram mais três pessoas.

Na última sexta, uma semana após o crime, a Secretaria de Defesa Social (SDS) concedeu a primeira coletiva sobre o caso, em que revelou detalhes da investigação. De acordo com a polícia, os suspeitos retornaram e saíram com facilidade ao estádio pelo portão 11, após o local ser esvaziado pela PM. Os acusados serão indiciados por homicídio duplamente qualificado e tentativa de homicídio (pelos feridos).

Assunto: Polêmica decisão sobre revista íntima	
Veículo: Jornal do Commercio	
Página: 15	Data: 10/05/2014
Editoria: OPINIÃO JC	Seção/Repórter: VOZ DO LEITOR

jornal do commercio

Polêmica decisão sobre revista íntima

Uma decisão do juiz Luiz Rocha determinou que os visitantes de detentos não devem mais passar por revistas íntimas, principalmente as mulheres. Uma atitude humana, porque de fato isso era constrangedor. Sua decisão, entretanto, se baseou em uma pesquisa de São Paulo que dizia que, das 4.417 apreensões de drogas em presídios, apenas 354 (8%) foram feitas nas revistas. Acho

que essa estatística é baixa exatamente porque a revista íntima intimida os visitantes. Terminar com ela provavelmente vai aumentar o comércio dentro das unidades prisionais. O certo seria colocar nos presídios os mesmos equipamentos que temos nos aeroportos.

✉ **Edson Campos e Silva** -
edsoncamposesilva@globo.com

Assunto: Perigo para a sociedade	
Veículo: Jornal do Commercio	
Página: 3	Data: 10/05/2014
Editoria: ESPORTES	Seção/Repórter:

jornal do  commercio

Perigo para a sociedade

Primeiro juiz do País a proferir uma sentença favorável à proibição permanente das torcidas organizadas nos estádios – em Caruaru, a 130km do Recife –, Marupiraja Ramos Ribas, responsável pelo Juizado do Torcedor da cidade agrestina, alertou para o perigo de Pernambuco “ficar refém das uniformizadas”, caso não se posicione de maneira enérgica após os recentes episódios de violência. De acordo com o magistrado, a pressão das três principais facções do Estado (Jovem do Sport, Fanático e Inferno Coral) pode estar pesando para que o processo ande mais lentamente na capital.

“Em Caruaru, as organizadas são bem menores, e as principais do Estado não têm tanta aqui força como no Recife. Assim, fica mais fácil fazer o processo andar rápido e proferir a

Juiz de Caruaru alerta para o risco de Pernambuco “ficar refém das uniformizadas”

sentença. Na capital, a pressão de Jovem do Sport, Inferno Coral e Fanático deve estar atrapalhando o andamento das coisas”, tentou explicar Marupiraja. “É preciso, no Recife, que haja uma força-tarefa, com a presença do Estado, do Ministério Público, da Federação Pernambucana de Futebol e dos clubes. Todos de mãos dadas combatendo as organizadas,

em prol de erradicar a violência dos estádios. Caso contrário, corremos o sério risco de ficar todos reféns dessas facções”, completou.

PIONEIRO

Segundo a sentença expedida anteontem por Marupiraja Ramos, as torcidas organizadas de qualquer clube do País estão proibidas de entrar nos estádios caruaruenses por um prazo de três anos. “A lei só nos permite esse tipo de punição por três anos, quando faremos uma nova revisão do processo. Se entendermos que seja necessário, vamos pedir a extensão do veto por mais três anos e assim por diante”, explicou.

Na sentença, a punição no caso da entrada de torcidas organizadas no estádio será para o clube mandante. A multa é de R\$ 100 mil. **(A.A.)**

Assunto: Juíza Ana Luíza Câmara em evento	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Página: C3	Data: 12/05/2014
Editoria: VIVER	Seção/Repórter: JOÃO ALBERTO

DIÁRIO de PERNAMBUCO

ALUISIO MOREIRA/DIVULGACAO



Fana Mendonça (E) recebe Ana Luiza Câmara e Luiza Nogueira, em almoço no seu apartamento da Avenida Boa Viagem

Assunto: Cem anos sem solução – o mais antigo processo sucessório em tramitação do Brasil	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Página: A1	Data: 11/05/2014
Editoria: CAPA	Seção/Repórter:

DIÁRIO de PERNAMBUCO

CEM ANOS SEM SOLUÇÃO



O mais antigo processo sucessório em tramitação do Brasil tem 1,6 mil páginas, oito volumes e envolve uma das áreas mais nobres da RMR: o terreno na orla de Jaboatão próximo ao Hospital da Aeronáutica. O quase centenário litígio atravessou décadas e ainda está longe de ser resolvido. A briga entre herdeiros e a burocracia só aumentam o impasse.

LOCRLM

Assunto: Uma terra de ninguém na Zona Sul – processo no TJPE	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Página: A4	Data: 11/05/2014
Editoria: LOCAL	Seção/Repórter:

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Uma terra de ninguém na Zona Sul

Área na orla de Jaboatão, que ficou conhecida por abrigar circos e pela queda de avião em 2011, é disputada por duas famílias

ANDRÉ DUARTE
andreduarte.pe@dabr.com.br

A Primeira Guerra Mundial ainda varria o território europeu quando outra disputa, muniada apenas com papel e caneta-tinteiro, chegou a um cartório de Jaboatão dos Guararapes para nunca mais sair da trincheira judicial. Aguentou firme a Segunda Guerra, duas ditaduras, redemocratizações, passou pelos cinco títulos mundiais de futebol do Brasil, além de uma infinidade de acontecimentos históricos que se sucederam à medida em que a pilha de papel só aumentava até chegar aos atuais oito volumes e cerca de 1,6 mil páginas. Registrado com o sugestivo número 0000001-44, o inventário consta como o mais antigo processo sucessório em tramitação no Brasil.

Do escrivão interino Diomedes Valois, que registrou de próprio punho a ação no dia 5 de março de 1917, ao juiz estadual Fernando Antônio Sabino, atual titular da vara onde os documentos repousam, a papelada já ganhou diversos formatos, ficando à deriva na prateleira da Justiça à espera de uma sentença final. No front do

COLEÇÃO FRANCISCO RODRIGUES/ACERVO FUNDARJ



Por estar na zona de tráfego aéreo, existe limitação para construção de edifícios altos

Morte do patriarca Mariano de Sá Albuquerque, dono de engenhos, originou litígio

impasse estão os herdeiros de duas famílias da mesma linhagem: Albuquerque Maranhão e Sá Albuquerque. Elas divergem da partilha dos bens deixados por Mariano de Sá Albuquerque, antigo proprietário de engenhos, que depois da morte do dono foram desmembrados em terrenos urbanos.

Com a caligrafia adornada do início do século 20 e alguns carimbos do "Thezouro Nacional" (sic), as primeiras páginas lembram mais um tratado histórico do que uma peça judicial. O material permanece guardado com todo o cuidado Vara de Sucessões e Registros Públicos de Jaboatão.

Os primeiros volumes já não podem ser consultados por interessados para não danificar o material frágil.

Em quase um século de espera, as famílias, que já eram grandes, ficaram ainda maiores. A primeira geração de possíveis beneficiados já não está mais viva - incluindo seus advogados -, e o tempo tratou de aplacar uma carga ainda mais lendária e complexa ao litígio, que parece não ter fim.

Apesar de público, o processo é de foro íntimo, uma vez que ele detalha o patrimônio das partes, o que torna difícil qualquer declaração pública sobre o assunto.

Como condição para reportagem do Diário consultar os detalhes do processo, o juiz exigiu o aval dos inventariantes, o que não aconteceu.

A joia da coroa é o cobicho do terreno da orla de Jaboatão, onde frequentemente se instalam os circos que passam pela cidade e onde também caiu um avião da empresa Noar, em 2011. "Os outros terrenos do inventário já foram praticamente resolvidos. Mas esse terreno da orla é muito difícil. São muitos herdeiros. Tem uma parte que quer negociar, a outra parte não quer, tem herdeiro rico, tem pobre. Quando alguém tenta negociar, tem sempre outra parte que acha que está ganhando pouco. A coisa nunca anda", diz um advogado que já atuou na causa.

INVENTÁRIO É O MAIS ANTIGO PROCESSO SUCESSÓRIO EM CURSO NO BRASIL

Mais peso histórico que jurídico

De acordo com pessoas envolvidas na ação, outro imbróglio histórico embaralhou ainda mais o jogo. Representantes de Jílio Albuquerque Maranhão, já falecido, alegam na Justiça que ele comprou a propriedade a herdeiros de Mariano de Sá Albu-

querque depois de sua morte. Um posseiro também instalou-se no local e completou o cenário instável.

Cobiçada por imobiliárias e construtoras, a propriedade também foi marcada pelas transformações da região, já que ela foi inserida no pe-

rímetro de preservação do Monte dos Guararapes e no cone de tráfego aéreo do aeroporto, o que limitou a verticalização. Empresário do setor imobiliário há mais de 40 anos, José Carlos Miranda evita estipular um valor do terreno, mas revela que várias

empresas já tentaram, sem sucesso, fechar negócio: "Muitas já fizeram estudos para saber a capacidade de construção. Esse terreno é altamente cobiçado. Mas um prédio ali dificilmente poderia ter mais de quatro andares por conta desses impedimentos".

+ saibamais

Em quase cem anos da causa sem fim, personagens famosos e outros que preferem o anonimato

■ De tão antigo, o inventário tornou-se um documento com mais peso histórico do que jurídico.

■ Governador de Pernambuco em duas fases - (1937-1945) e (1951/1952) -, Agamenon Magalhães foi um dos vários advogados da causa sem fim.

■ Pai e filho de tradicional família de advogados, que preferiram manter anonimato, trabalharam no mesmo processo.

■ Silvio Neves Baptista, advogado e professor da UFPE nos campos de direito da família e de sucessões, sentença o episódio como um "caso extraordinário": "Um inventário pode ser resolvido entre seis meses e um ano. Nunca ouvi falar de um caso parecido".

■ Em nota, o Tribunal de Justiça afirmou que o processo "está concluso para despacho do juiz" desde o dia 8 de maio (um dia após o órgão ser procurado pela reportagem). Responsável

pelo caso, o juiz Fernando Antônio Sabino preferiu não conceder entrevista.

■ O Tribunal aponta a legislação como o principal obstáculo e transfere a lentidão para os herdeiros: "Na legislação vigente, os processos de inventário não podem ser julgados extintos, permanecendo muitas vezes arquivados até que haja manifestação dos interessados".

■ Outros entraves, como domínio de bens imóveis, relações familiares, localização de herdeiros, avaliações e falta de recolhimento de impostos também costumam congelar um acordo. Os circos que se instalam no terreno, por exemplo, pagam uma taxa, que é depositada em juízo.

■ Procurada, Gerusa Albuquerque, inventariante do processo, não quis se pronunciar. A Companhia de Terrenos Prazeres, que também diz ser proprietária, foi procurada e não se manifestou.

Assunto: Primeiro preso do crime bárbaro – tentativa de assassinato do juiz Edilson Moura	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Página: A12	Data: 11/05/2014
Editoria: A SEMANA	Seção/Repórter:

DIÁRIO de PERNAMBUCO

ARRUDA

Primeiro preso do crime bárbaro

O juiz Edilson Rodrigues de Moura foi atingido com um tiro na nuca no município de Bocaina, a 324 km de Teresina (PI), onde nasceu. Lotado em Petrolina, onde assinou sentenças contra políticos e traficantes, ele estava afastado das funções pelo TJPE.

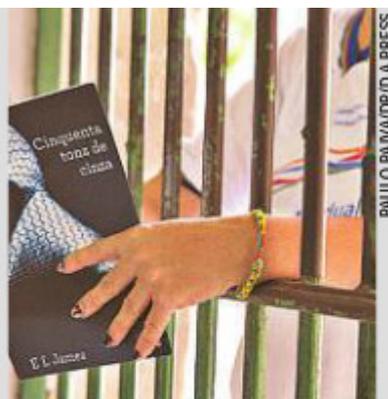
Assunto: Mutirão chega às prisões femininas	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Página: A7	Data: 10/05/2014
Editoria: LOCAL	Seção/Repórter:

DIÁRIO de PERNAMBUCO

JUSTIÇA

Mutirão chega às prisões femininas

O Tribunal de Justiça dará início, na segunda-feira, ao mutirão carcerário em presídios femininos. Serão contempladas a Colônia Penal Feminina do Recife e a Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima. A primeira conta com 961 detentas, num espaço onde só



PAULO PAIVA/DP/D.A. PRESS

caberiam 287. Já a segunda abriga 473 presas, quando só poderia ter até 180. Um dos objetivos é minimizar o problema da superlotação.

Assunto: Para comprovar os depoimentos – caso da morte do torcedor Paulo Ricardo Gomes	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Página: C4	Data: 10/05/2014
Editoria: SUPERESPORTES	Seção/Repórter:

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Para comprovar os depoimentos

Os três suspeitos pela morte do soldador naval Paulo Ricardo participarão da reconstituição do crime, na próxima segunda-feira

JOÃO DE ANDRADE NETO
WAGNER OLIVEIRA
esportes.pe@diario.com.br

A reconstituição do crime que vitimou o soldador naval Paulo Ricardo Gomes da Silva, 26 anos, que acontecerá na próxima segunda-feira, vai ajudar a polícia a comprovar tudo o que foi dito em depoimento pelos três presos até o momento. A reprodução simulada será feita por volta das 18h. Mesmo na prisão, Everton Filipe Santiago, 23, Luiz Cabral de Araújo Neto, 30, e Waldir Pessoa Firmo, 34, deverão comparecer ao estádio do Arruda, de onde lançaram os dois vasos sanitários que causaram uma morte e feriram mais três pessoas pa-

ra refazer os passos do ato brutal que praticaram.

Ontem, a delegada Gleide Ângelo, do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), disse que os suspeitos entraram no estádio após o fim do jogo entre Santa Cruz e Paraná para procurar pedras e jogá-las sobre integrantes da Torcida Jovem que estavam envolvidos numa briga com um grupo tricolor. De acordo com a polícia, os suspeitos retornaram ao estádio pelo portão 9. O mesmo pelo qual saíram nos acréscimos da partida.

Com uma semana para concluir o inquérito, os delegados responsáveis pela investigação correm contra o tempo para definir a participação dos três envolvidos no crime. Realizada juntamente com peritos do Instituto de Criminalística (IC), a reconstituição vai esclarecer o ponto exato de onde os vasos foram jogados, a distância percorrida pelo trio até o local do arremesso e o que, de fato, cada um deles fez para transfor-

mar o final de um jogo de futebol em um dos casos de violência de maior repercussão entre torcidas organizadas em Pernambuco.

Os advogados de Everton, Luiz Cabral e de Waldir já receberam as notificações para que seus clientes compareçam à reprodução simulada. Os pedidos também já foram encaminhados à Justiça. Para encerrar as investigações, o DHPP aguarda ainda os laudos do IC e do Instituto de Identificação Tavares Buriel (IITB).

Segundo a delegada Gleide Ângelo, as diligências sobre o caso ainda não terminaram com a prisão dos três suspeitos. "Temos oito dias para concluir o inquérito. Os três tiveram participação no crime. Waldir e Luiz Cabral jogaram os vasos, mas Ronaldinho (Everton) estava com eles. Os três saíram juntos do estádio. Devem ser indiciados por homicídio duplamente qualificado e ainda pelas tentativas de homicídio", esclareceu Gleide Ângelo.

+ passo a passo



ALDO JACOBINHO/ALPRESS

1 - A briga

Cabral saiu do estádio pelo portão 9, na Avenida Professor José dos Anjos. Ao chegar na Avenida Beberibe (próximo à esquina da Rua das Moças), viu uma briga entre integrantes da Intorno Coral e da Torcida Jovem, que estava "apoiando" a facção do Paraná. Ele falou que iria voltar ao Amudá para jogar, dá arrebancada, pedras nos rivais. Everton e Waldir decidiram acompanhá-lo.



2 - Os vasos sanitários

O trio procurou pedras nas arquibancadas e não encontrou. Tiveram então a ideia de pegar as bacias sanitárias para atirá-las. No banheiro feminino do anel superior, Cabral chutou os vasos. Teve a ajuda de Everton para arrancá-las. Os três seguiram por mais de 100m levando as bacias, se revezando.

23h17

horário exato em que as bacias foram arremessadas do anel superior do Amudá



3 - O crime

Os três se dirigiram ao setor do anel superior que fica no encontro da Rua das Moças com a Petronila Botelho, onde se encontra o portão de saída da torcida visitante L3, de uma altura de 24 m, esperaram o grupo da torcida rival passar - fugindo de uma outra confusão - para, então, atirar os dois vasos. O soldado naval Paulo Ricardo Gomes, 26 anos, foi atingido e morreu na hora. Outras três pessoas ficaram feridas.

23h19

horário exato em que os três foram flagrados pelas câmeras de segurança deixando o clube



4 - A fuga

Após atirar os vasos, os três levaram 2 minutos para deixar o estádio. Eles passaram pelo portão 11. Seguiram à direita e passaram por dentro da sede, pela área da piscina. Saíram pelo portão principal do clube, na Avenida Beberibe.

Assunto: Editorial – O Tribunal de Justiça no rumo certo	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Página: 10	Data: 12/05/2014
Editoria: OPINIÃO	Seção/Repórter: EDITORIAL



▶ EDITORIAL

O Tribunal de Justiça no rumo certo

Decisão relevante foi adotada pelo Tribunal de Justiça deste Estado (TJPE). Trata-se da proposta já aprovada pela Assembleia Legislativa, na forma do Projeto de Lei 1976/2014, criando e instalando uma Câmara Regional no Município de Caruaru, de maneira a descentralizar os trabalhos da referida Corte de Justiça. Serão designados seis desembargadores para compô-la, os quais julgarão os recursos impetrados por advogados de toda a Região Agreste, cujo primeiro efeito positivo é a descentralização e interiorização da atividade jurisdicional.

O presidente do Tribunal de Justiça, Frederico Neves, ressaltou: "Estamos saindo do Palácio da Justiça e chegando mais próximo da população", sendo essa a fundamentação básica da iniciativa. Foi mais além, ao

enfatizar: "Nós queremos facilitar a vida das pessoas e esse é o meu compromisso, o de permitir uma atuação completa do Judiciário".

Os números ratificam tais declarações, pois somente Caruaru, após a instalação da Câmara Regional, poderá julgar 3.800 recursos judiciais, além de distribuir 4.700 recursos, anualmente.

É importante registrar a existência de um déficit de magistrados em nosso Estado, pois existem 208 cargos vagos de juizes, os quais serão reduzidos com a nomeação de novos 72 aprovados em concurso público.

A futura Câmara Regional de Caruaru será uma segunda sede do Tribunal de Justiça com atribuições para julgar recursos envolvendo litígios cíveis, criminais, tributários etc.

MUITOS LITIGANTES enfrentam obstáculos naturais para se dirigirem ao TJPE nesta Capital

da Região Agreste, tudo que for de competência da Justiça.

A medida poupará despesas dos advogados que ainda hoje se deslocam das comarcas para vir ao Recife, a fim de ingressar com recursos judiciais dos seus clientes no TJ, arcando com gastos de transporte, alimentação, estadia e, até mesmo, eventuais transtornos.

Mais à frente, é intenção do atual

presidente do TJ instalar uma Câmara semelhante em Petrolina com a mesma finalidade, abrangendo grande parte do Sertão. Outro avanço pretendido pela Presidência do TJPE é a construção de novos fóruns nos Municípios de Serra Talhada, Cabo de Santo Agostinho, Paulista, Goiana e Arcoverde. Paralelamente, está amadurecendo a elaboração de um plano de recuperação e restauração de fóruns em estado físico precário.

Houve apoio dos desembargadores ao presidente Frederico Neves. É oportuno mencionar alguns deles como Jovaldo Nunes, José Fernandes, Jones Figueiredo Alves, Leopoldo Raposo e vários outros.

Há outros aspectos que merecem ser destacados com a medida inovadora, assemelhando-se a interio-

rização da Justiça à política de desenvolvimento econômico do Governo do Estado, no sentido de estimular a instalação de investimentos no interior, porque o crescimento da economia fará surgir novos empregos e maior população. Em decorrência de tais fatores, é natural que os litígios cresçam.

Em última análise, muitos litigantes enfrentam obstáculos naturais para se dirigirem ao Tribunal de Justiça nesta capital, impedidos por várias razões de impetrar recursos àquela Corte, os quais obterão facilidade de o fazerem nos municípios do Agreste onde residem. E, por fim, o projeto de lei aguarda somente a sanção governamental da nova lei, cuja essência é a democratização do acesso à Justiça de toda a população daquela região.

Assunto: Visitação ocorreu sem revista íntima	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Página: 3	Data: 12/05/2014
Editoria: COTIDIANO	Seção/Repórter:



Domingo sem reclamações no Presídio Aníbal Bruno

Visitação ocorreu sem revista íntima

■ **CONSTRANGIMENTO** foi oficialmente proibido pelo juiz Luiz Rocha, da 1ª Vara de Execuções Penais da Capital

RODRIGO PASSOS

O primeiro domingo de visitas no Complexo Prisional do Curado, antigo presídio Aníbal Bruno, após a proibição das revistas íntimas, foi tranquilo, de acordo com relatos de familiares que foram ao local. Para as mulheres, um alívio, o constrangimento de despír-se na frente dos agentes não irá mais

acontecer. Então, visitar o ente querido que cumpre medida de ressocialização, agora, ficou menos agressivo. Conforme o diretor do Presídio Frei Damiano de Bozzano, Esdras Gomes, desde que a medida cautelar foi imposta, as visitas íntimas não estão mais sendo realizadas.

"Normalmente, eles apalparam a gente e quando des-

confiavam de alguma coisa, pediam para tirar a roupa. Depois disso, a gente tinha que se acocorar", relatou uma das mulheres, de 27 anos. "Era um sofrimento e uma humilhação. A gente não deve pagar aqui fora pelos erros cometidos por quem está lá dentro", finalizou. A mulher também relatou que até mesmo no período menstrual eram subme-

Folha resume

Familiares dos detentos do Complexo Prisional do Curado não têm mais que passar pela revista íntima. Ontem, primeiro domingo de visitação após a mudança, os parentes contaram que a proibição foi respeitada pelos agentes prisionais, o que deixou a passagem pela unidade menos agressiva.

tidas a tal prática. Já uma mãe que foi visitar o seu filho, também afirmou que o a fiscalização íntima não foi realizada.

As revistas íntimas foram oficialmente proibidas na última segunda-feira, após uma decisão do juiz da 1ª Vara de Execuções Penais da Capital, Luiz Rocha. A medida atinge as unidades que estão sob res-

ponsabilidade da Vara, que possuem grande abrangência na população carcerária do Estado, cerca de 15 mil. Um prazo de 30 dias foi dado para órgãos que atuam na defesa dos Direitos Humanos, com o objetivo de propor alternativas para as fiscalizações, sem que nenhum constrangimento seja realizado.

Assunto: Desatenção	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Página: 8	Data: 10/05/2014
Editoria: FOLHA DO LEITOR	Seção/Repórter:



Desatenção

■ No último dia 30, após receber o mandato de averbação da Justiça referente ao divórcio consensual, fui ao 4º Cartório da Família e de Casamentos, no Espinheiro, Recife. Andei em dois

lugares para chegar ao cartório certo, contudo, que absurdo! O endereço certo fica na rua da Concórdia, 782, no bairro de São José. Espero que a Justiça atualize o seu sistema

informatizado para outras pessoas não andarem em vão, como aconteceu comigo.

Manoel Limoeiro de Roda de Fogo - Recife/PE

Assunto: Responsabilidades compartilhadas	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Página: 2	Data: 10/05/2014
Editoria: ESPORTES	Seção/Repórter:



Responsabilidades compartilhadas

GABRIEL ACCETTI

A sociedade está assustada com os seguidos incidentes que vêm fazendo do futebol um lazer a cada dia mais perigoso. Torcedores provocam brigas constantes, e a morte do torcedor do Sport, Paulo Ricardo Gomes da Silva, na semana passada, só contribuiu para aumentar o temor dos cidadãos de bem que ainda veem o esporte apenas como diversão. Durante a coletiva realizada na tarde de ontem, na secretaria de Defesa Social, o secretário Alessandro Carvalho foi questionado sobre quais medidas devem ser postas em prática para que os episódios de violência tenham um fim no mundo do futebol.

Os principais pontos de temor são as torcidas organizadas e as coligações que existem entre torcidas "aliadas" de outros estados. Foi o exemplo do jogo da sexta-feira da semana passada, quando o Santa Cruz enfrentou o Paraná, e integrantes da Torcida Jovem do Sport foram apoiar



ALESSANDRO Carvalho (E) destacou importância da união

os seguidores sulistas. No próximo dia 18, também há bastante tensão, já que o Sport receberá o Bahia, na Ilha do Retiro. A maior organizada do adversário, a Bamor, é aliada justamente da Inferno Coral.

“O Batalhão de Choque já enviou um ofício à CBF pedindo a proibição da organizada do Bahia. Porém, as medidas de prevenção devem ser adotadas por todos os que fazem o esporte e a segurança pública. Há as medidas de natureza policial e também as de quem administra o jogo ou campeonato”,

revelou Carvalho, apontando que clubes e federações devem fazer suas partes na prevenção da violência.

“Existem ações que tramitam na Justiça pedindo a extinção das organizadas. Já foi relatado que existem pessoas movidas pelo ódio nessa facções, inclusive ‘bondes’ que brigam entre si. Todos os envolvidos no esporte devem tomar providências”, finalizou o secretário.

O temor já saiu da Capital e chegou ao Interior. Na última quinta-feira, o juiz Marupiraja Ramos Ribas decidiu pela proibição das

Maurício Ferry

Saiba mais

PROIBIÇÃO - Ainda na última quinta-feira, o juiz titular da 12ª Vara do Trabalho (VT) do Recife, Hugo Cavalcanti Melo Filho, determinou que Náutico, Sport e Santa Cruz estão proibidos de custear quaisquer atividades de torcidas organizadas. Em caso de descumprimento, o mesmo valor despendido para beneficiar a uniformizada deverá ser pago aos credores de verbas trabalhistas. Paralelamente, o time terá que pagar uma multa calculada sobre os débitos que possui junto à Justiça do Trabalho.

torcidas organizadas no Estádio Lacerdão, na cidade de Caruaru. Nos próximos três anos, essas agremiações estão proibidas de frequentar jogos no campo do Central. A medida atinge todas as uniformizadas.

Continua na página 3

Assunto: JETEP explica o seu esquema para hoje	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Página: 6	Data: 10/05/2014
Editoria: ESPORTES	Seção/Repórter:



Jetep explica o seu esquema para hoje

O Juizado Especial do Torcedor do Estado de Pernambuco (Jetep) atuará em mais uma partida no Campeonato Brasileiro da Série B. Santa Cruz e Luverdense/MT se enfrentarão na Arena Pernambuco, em São Lourenço da Mata, às 16h20 de hoje.

Na partida, o magistrado Fernando Galdino e mais dois servidores estarão no plantão do Jetep, que tem como objetivo tornar os eventos mais seguros para os bons torcedores. Além de processar e julgar ações cíveis e crimes de menor potencial ofensivo, o plantão também registrará os crimes descritos no Estatuto de Defesa do Torcedor ocorridos no raio de cinco quilômetros fora do estádio.

O plantão do Juizado do Torcedor acontece sempre no local da partida, duas horas antes e depois do jogo. Instituído pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, o Jetep tem parcerias com a Secretaria

ATIVIDADES ocorrem duas horas antes e duas depois da partida

de Defesa Social, a Ordem dos Advogados, o Ministério Público de Pernambuco e a Defensoria Pública. Fora dos plantões, o Jetep funciona na sede da Rua do Futuro, 99, Graças, no período das 13h às 19h.

Segundo o site da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), uma decisão da Presidência do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) liberou o Santa Cruz para jogar suas partidas com ingressos pagos, desde que não sejam no estádio do Arruda, que permanece interditado. Desde o último domingo o clube estava proibido de contar com a presença da torcida nos jogos. A decisão do STJD foi publicada na última quinta-feira.

Assunto: Justiça condena prefeita de Betânia por derrubar árvores	
Veículo: JC Online	Data: 12/05/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Justiça condena prefeita de Betânia por derrubar árvores

A sentença foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico (DJe). Ainda cabe recurso da decisão



A justiça condenou a prefeita do município de Betânia, Eugênia de Souza Araújo (PSD), na última quinta-feira (8) por improbidade administrativa, devido a uma derrubada de árvores, descumprindo medida judicial. A decisão implica na perda das funções públicas e no pagamento de multa, fixada em 15 vezes o salário recebido pela prefeita em favor do município, incidindo juros de 1% ao mês e correção monetária. A sentença foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico (DJe). Ainda cabe recurso da decisão.

A prefeita ainda foi condenada à suspensão dos direitos políticos pelo período de quatro anos. Ela ficou proibida de contratar com o Poder Público ou receber benefícios, incentivos fiscais e de crédito, direta ou indiretamente por ela ou por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário por três anos.

Segundo o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), uma ação popular movida pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) em 2010 proibia Eugênia Araújo (PSD) de derrubar as árvores situadas na Praça Anfilólio Feitosa, mas a prefeita descumpriu a medida em junho 2011. Ao ingressar com a ação em 2013, o MPPE apresentou provas do descumprimento de uma ação impetrada contra Eugênia.

Em sua defesa, a prefeita alega que quando foi notificada da decisão liminar determinou imediatamente a suspensão das obras, mas as árvores já haviam sido derrubadas. Segundo o juiz Gustavo Valença Genú, a prefeita não admitiu em nenhum momento a erradicação das árvores, afirmando que haviam sido apenas podadas.

Ainda de acordo com o juiz, é flagrante a violação dos princípios da Administração Pública por parte da prefeita do município, quando de forma "dolosa e plenamente consciente de sua conduta" descumpriu uma ordem judicial. "As decisões do Judiciário devem ser cumpridas. Caso, a ré discordasse da decisão deveria ter recorrido e não descumprido o que foi determinado", completa.

Assunto: Inquérito entra na reta final	
Veículo: JC Online	Data: 11/05/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Inquérito entra na reta final

Reconstituição de crime no Arruda é realizada esta segunda-feira (12/5) e deve ter a participação dos três acusados



A cinco dias do prazo de conclusão do inquérito sobre o assassinato de Paulo Ricardo Gomes da Silva, de 26 anos, a Polícia Civil realiza esta segunda-feira (12/5) a reconstituição do crime no Estádio do Arruda. A previsão é que a reprodução comece entre as 18h e as 19h.

O objetivo é alinhar as ações investigadas pelo inquérito com o depoimento dos três acusados, que são integrantes da torcida organizada Inferno Coral: Everton Felipe Santiago de Santana, de 23 anos, Luiz Cabral de Araújo Neto, 30, e Waldir Pessoa Firmo Júnior, 34. Eles estão presos na mesma cela do Cotel e devem comparecer à simulação - **a Justiça já autorizou, restando só a anuência deles.**

No último dia 2, após o jogo Santa Cruz 1x1 Paraná Clube, Paulo Ricardo, que era ligado à Jovem do Sport (coligada à Fúria Independente, do Paraná), foi atingido e morto por um dos dois vasos sanitários jogados pelos acusados no corredor de acesso à arquibancada superior do Arruda. Os estilhaços feriram mais três pessoas.

Assunto: Presídios femininos recebem mutirão do TJPE	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 12/05/2014
Editoria:	Seção:

DIARIOde**PERNAMBUCO** .com.br

Presídios femininos recebem mutirão do TJPE

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) dará início, a partir desta segunda-feira (12), ao mutirão carcerário em unidades prisionais femininas da Região Metropolitana do Recife. O objetivo principal é desafogar as unidades do estado.

Serão contempladas a Colônia Penal Feminina do Recife e a Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima. A primeira conta com 961 detentas, num espaço onde só caberia até 287. Já a segunda abriga 473 presas, quando só poderia ter até 180. O mutirão não contempla o interior do estado. Mas, segundo a Promotoria de Execuções Penais, o problema da superlotação na unidade de Buíque também é alarmante. São 412 detentas no presídio, cuja capacidade é de 110.

O mutirão no Complexo Prisional do Curado revelou um cenário assustador, na visão dos magistrados do CNJ. O juiz José Braga Neto, que coordenou a ação, afirmou que “as instalações são insalubres, a estrutura é antiquada e improvisada, com celas escuras e ventilação precária. Essas pessoas são esquecidas pelo governo e pela sociedade”. “Este é um dos piores lugares que já vi”, afirmou o juiz Douglas de Melo, coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do CNJ.

O espaço abriga 6.862 detentos em três unidades do complexo. O número é 368,07% superior à capacidade. Segundo José Braga Neto, a administração do complexo registra como vagas buracos improvisados nas paredes.

Assunto: Prefeita do município de Betânia é condenada por improbidade administrativa	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 12/05/2014
Editoria:	Seção:



Prefeita do município de Betânia é condenada por improbidade administrativa

O juiz da Vara Única da Comarca de Betânia, no Sertão pernambucano, Gustavo Valença Genú, condenou a prefeita do município, Eugênia de Souza Araújo (PR), por improbidade administrativa. A ação é de autoria do Ministério Público de Pernambuco (MPPE). A decisão implica na perda das funções públicas e no pagamento de multa, fixada em 15 vezes o salário recebido pela prefeita em favor do município, incidindo juros de 1% ao mês e correção monetária. A sentença foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico (DJe) da última quinta-feira (8). Ainda cabe recurso da decisão.

Ao ingressar com a ação em 2013, o MPPE apresentou provas do descumprimento de uma ação popular impetrada contra a prefeita em 2010. Na ação foi deferida uma liminar determinando que o município de Betânia não realizasse o corte das árvores situadas na Praça Anfilólio Feitosa. Segundo os autos, apesar de devidamente cientificada do teor da decisão no dia 7 de junho de 2010, a prefeita determinou a derrubada de todas as árvores do local no dia 4 de junho de 2011.

Em sua defesa, a prefeita alega que quando foi notificada da decisão liminar determinou imediatamente a suspensão das obras, mas as árvores já haviam sido derrubadas. Segundo o juiz Gustavo Valença Genú, na ação popular a prefeita não contestou em nenhum momento a data da derrubada das árvores, que ocorreu quase um ano após ter sido notificada. O magistrado observa também que em sua defesa na ação, a prefeita não admitiu em nenhum momento a erradicação das árvores, afirmando que haviam sido apenas podadas.

Ainda de acordo com o magistrado, é flagrante a violação dos princípios da Administração Pública por parte da prefeita do município, quando de forma dolosa e plenamente consciente de sua conduta descumpriu uma ordem judicial. "As decisões do Judiciário devem ser cumpridas. Caso, a ré discordasse da decisão deveria ter recorrido e não descumprido o que foi determinado", completa.

A prefeita ainda foi condenada à suspensão dos direitos políticos pelo período de quatro anos e a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente por ela ou por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário por três anos.

Assunto: Presidente do TJPE defende 'medida dura' contra violência em protestos	
Veículo: Blog do Jamildo	Data: 11/05/2014
Editoria:	Seção:



Presidente do TJPE defende 'medida dura' contra violência em protestos



Faltando cerca de um mês para a Copa do Mundo e para o início oficial da campanha eleitoral, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Frederico de Almeida Neves, defende que o poder público precisa estar preparado para aplicar uma “medida dura e imediata” contra casos de violências em protestos.

“Eu tenho um respeito muito grande à manifestação popular. Eu acho que o povo tem o direito de reivindicar, de lutar por uma melhor situação de vida. Agora, aqueles que se aproveitam desses movimentos sérios, que buscam reivindicar seriamente direitos, para poderem praticar ações consideradas ilícitas penais, aí nesse caso, mais uma vez eu afirmo e reafirmo, é preciso que os poderes públicos estejam devidamente apetrechados, prontos, preparados para uma medida dura e imediata”, diz.

“Eu respeito a manifestação, evidentemente, toda forma de manifestação que reivindique direitos. Isso é bom, é da democracia. Nós devemos estimular. Agora nós não devemos estimular a baderna e a prática de ações delituosas”, explica.

Assunto: Joaquim Barbosa vem ao Recife em junho	
Veículo: Blog do Jamildo	Data: 11/05/2014
Editoria:	Seção:



Joaquim Barbosa vem ao Recife em junho



Conhecido nacionalmente depois de ter sido relator do processo do Mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Joaquim Barbosa, presidente da Suprema Corte, virá ao Recife no dia 2 de junho.

Joaquim Barbosa vai participar da implantação do sistema de processo judicial eletrônico (PJe) nas 34 varas cíveis do Recife.

A cerimônia contará com a presença do desembargador Frederico de Almeida Neves, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e do governador João Lyra Neto (PSB)

Assunto: Prefeita de Betânia é condenada por improbidade	
Veículo: Blog da Folha PE	Data: 12/05/2014
Editoria:	Seção:



Prefeita de Betânia é condenada por improbidade

A prefeita de Betânia, no Sertão, Eugênia de Souza Araújo (PR), foi condenada por improbidade administrativa pelo juiz da Vara Única da Comarca da cidade, Gustavo Valença Genú. A decisão implica na perda das funções públicas e no pagamento de multa, fixada em 15 vezes o salário recebido pela prefeita em favor do município, incidindo juros de 1% ao mês e correção monetária. A ação é de autoria do Ministério Público de Pernambuco (MPPE). A sentença foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico (DJe) da última quinta-feira (8).

Ao ingressar com a ação no ano passado, o Ministério Público apresentou provas do descumprimento de uma ação popular impetrada contra a prefeita em 2010. Na ação foi deferida uma liminar determinando que o município de Betânia não realizasse o corte das árvores situadas na Praça Anfilólio Feitosa. Segundo os autos, apesar de devidamente cientificada do teor da decisão no dia 7 de junho daquele ano, a gestora determinou a derrubada de todas as árvores do local no dia 4 de junho de 2011.

Em sua defesa, a prefeita alega que quando foi notificada da decisão liminar determinou imediatamente a suspensão das obras, mas as árvores já haviam sido derrubadas. De acordo com o juiz, na ação popular a gestora não contestou em nenhum momento a data da derrubada das árvores, que ocorreu quase um ano após ter sido notificada. O magistrado observou também que em sua defesa na ação, Eugênia de Souza Araújo não admitiu em nenhum momento a erradicação das árvores, afirmando que haviam sido apenas podadas.

Ainda de acordo com o juiz, é flagrante a violação dos princípios da administração pública por parte da prefeita, quando de forma dolosa e plenamente consciente de sua conduta descumpriu uma ordem judicial. “As decisões do Judiciário devem ser cumpridas. Caso a ré discordasse da decisão deveria ter recorrido e não descumprido o que foi determinado”, completou. A gestora ainda foi condenada à suspensão dos direitos políticos pelo período de quatro anos e a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente por ela ou por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário por três anos. Ainda cabe recurso da decisão.

Assunto: Plantão do Juizado do Torcedor atuará no jogo Santa Cruz X Luverdense na Arena PE pela Série B	
Veículo: Blog do Juizado do Trocedor	Data: 9/05/2014
Editoria:	Seção:



Plantão do Juizado do Torcedor atuará no jogo Santa Cruz x Luverdense na Arena PE pela Série B

O Juizado Especial do Torcedor do Estado de Pernambuco (Jetep) irá atuar no jogo entre Santa Cruz x Luverdense-MT neste sábado às 16h20 na Arena Pernambuco pela quarta rodada da Série B do Campeonato Brasileiro.

O magistrado Fernando Galdino e mais dois servidores estarão de plantão no Jetep, para dar maior segurança aos torcedores. Além de processar e julgar ações cíveis e crimes de menor potencial ofensivo, o plantão também irá registrar os crimes descritos no Estatuto da Defesa do Torcedor ocorridos no raio de 5km fora do estádio. O plantão terá início duas horas antes do jogo e encerrará suas atividades duas horas após o término.

O Santa Cruz poderá contar com o seu torcedor neste jogo, já que o julgamento sobre a morte do torcedor Paulo Ricardo na sexta-feira passada após o jogo entre o Santa e o Paraná no Arruda, foi adiado e o clube cumpriu apenas uma partida de duas, da medida preventiva da CBF que obrigava o clube a jogar de portões fechados nos próximos dois jogos.

Com isso, o Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) liberou o Santa Cruz para jogar suas partidas com a presença da torcida, desde que não sejam no estádio do Arruda, que permanece interditado.